

EDUARDO RODRIGUES DOS SANTOS

Mestrando em Direito Público Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Pós-graduado em Direito Constitucional.

Professor de Direito Constitucional.

Autor de diversos artigos científicos no Brasil e no Exterior.

Autor de diversos capítulos de livros.

Membro da Comissão de Direito Constitucional da OAB Uberlândia.

Advogado.

PROCESSO E CONSTITUIÇÃO

- > **Princípios processuais constitucionais**
- > **Processo como garantia fundamental de defesa do cidadão**
- > **Processo democrático**



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Processo e Constituição

© Eduardo Rodrigues dos Santos

J. H. MIZUNO 2014

Revisão: Douglas Dias Ferreira

Conselho Editorial: Calil Simão, Paulo Hermano Soares Ribeiro e Raul Miguel Freitas de Oliveira.

Ficha Catalográfica Elaborada Por Meyre Raquel Tosi Bibliotecária – CRB 8 n. 759

342.4 S235p	Santos, Eduardo Rodrigues dos. Processo e Constituição: o processo como garantia fundamental da defesa do cidadão; os princípios processuais constitucionais e o processo democrático / Eduardo Rodrigues dos Santos. Leme: J. H. Mizuno, 2014. 220p. 21cm. Inclui referências. Inclui índice alfabético remissivo. 1. Constituição – Processo. 2. Processo – Constituição. I. Título.
ISBN 978-85-7789-192-4	CDU 342.4
Índice para o Catálogo Sistemático	
Constituição – Processo	342.4
Processo – Constituição	342.4

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

J. H. MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

Apresentação de Dierle Nunes (UFMG)	13
Prefácio de Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia (UFOP)	27
Prefácio de Camilo Zufelato (USP)	37
Introdução	43
 CAPÍTULO 1	
O Pós-positivismo Jurídico: uma discussão preliminar (ou o plano de fundo do direito contemporâneo)	45
1.1. O Jusnaturalismo	45
1.1.1. O Jusnaturalismo Clássico.....	47
1.1.2. O Jusnaturalismo Medieval.....	49
1.1.3. O Jusnaturalismo Moderno	50
1.1.4. Ápice e a consequente decadência do Jusnaturalismo	52
1.2. O Positivismo Jurídico.....	53
1.2.1. A Escola de Exegese	57
1.2.2. A Teoria Pura de Hans Kelsen	60
1.2.3. Críticas e Decadência do Positivismo Jurídico	63
1.3. O Pós-positivismo Jurídico	66
1.3.1. A Pós-modernidade.....	67
1.3.2. O Direito e a Pós-modernidade.....	74
1.3.3. O Pós-positivismo Jurídico pode ser considerado o movimento pós-moderno do Direito?	77
1.3.4. Breves delineamentos sobre o Pós-positivismo Jurídico.....	79

CAPÍTULO 2

O Modelo Constitucional do Processo.....	81
2.1. A Constitucionalização dos Direitos	81
2.2. Breve delineamento da incursão histórica do Modelo Constitucional do Processo	85
2.3. O Modelo Único de Ítalo Andolina e Giuseppe Vignera	88
2.4. Perspectivas Gerais	92

CAPÍTULO 3

O Processo Democrático: uma análise do processo sob a ótica da paradigmática obra do Professor Dierle Nunes.....	95
3.1. Os Modelos Processuais da Modernidade.....	95
3.2. Crítica ao Protagonismo Judicial (Ativismo).....	102
3.3. O Modelo Democrático de Processo: participação e policentrismo ...	108

CAPÍTULO 4

Os Princípios Processuais na Constituição de 1988.....	115
4.1. O Devido Processo Legal.....	116
4.2. O Contraditório	120
4.3. A Ampla Defesa	125
4.4. O Duplo Grau de Jurisdição	129
4.5. A Publicidade.....	133
4.6. A Motivação	137
4.7. O Juiz Natural, Independente e Imparcial	140
4.8. A Inadmissibilidade das Provas Ilícitas.....	144
4.9. A Celeridade (<i>duração razoável do processo</i>)	147
4.10. A Efetividade (ou o direito a resposta correta em tempo hábil com o menor custo possível)	152

CAPÍTULO 5

O Processo como Garantia Fundamental de Defesa do Cidadão	159
5.1. A distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais: uma discussão quase desnecessária	159
5.2. Cidadania, Democracia e Processo: a necessária participação do Cidadão no Estado Democrático de Direito	165

5.2.1. Breve incursão histórica da relação do Cidadão com o Estado ...	167
a) A participação cidadã nas Cidades-Estado Gregas.....	167
b) A participação cidadã na Roma Antiga	168
c) A participação cidadã nos Feudos Medievais	169
d) A participação cidadã nos Estados Absolutistas.....	170
e) A participação cidadã nos Estados Liberais Burgueses	171
f) A participação cidadã nos Estados “Sociais” do Século XX	172
5.2.2. A relação entre Cidadão e Estado no Estado Democrático de Direito.....	173
5.2.3. O Processo como instrumento de participação cidadã no Estado Democrático de Direito	183
5.3. O Acesso à Justiça.....	189
5.4. A Garantia Fundamental ao Processo em um Estado Democrático de Direito: Garantia a um processo que respeite o Modelo Constitucional estabelecido	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS.....	205
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	217